



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

18/12/2014 ATÉ 18/12/2014



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE JUSBRASIL.....	1
2	CASO DÉCIO SÁ	
	2.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	2
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	3
	3.2 IMIRANTE.COM.....	4
	3.3 SITE JUSBRASIL.....	5 6
4	CORREGEDOR (A)	
	4.1 BLOG REI DOS BASTIDORES.....	7
5	DECISÕES	
	5.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	8
	5.2 BLOG AQUILES EMIR.....	9
	5.3 BLOG DA KELLY.....	10
	5.4 BLOG DANIEL MATOS.....	11
	5.5 BLOG DOMINGOS COSTA.....	12
	5.6 BLOG LUÍS CARDOSO.....	13
	5.7 BLOG MÁRIO CARVALHO.....	14
	5.8 IMIRANTE.COM.....	15
	5.9 JEISAEEL.COM.....	16
	5.10 SITE BRASIL 247.....	17
	5.11 SITE CAZUMBÁ.....	18
	5.12 SITE CENTRAL DE NOTÍCIAS.....	19
	5.13 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	20
	5.14 SITE JORNAL PEQUENO.....	21
	5.15 SITE O PROGRESSO.....	22 23
	5.16 SITE O QUARTO PODER.....	24
	5.17 SITE SUA CIDADE.....	25
6	DESEMBARGADOR	
	6.1 BLOG MÁRIO CARVALHO.....	26
7	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	7.1 SITE JUSBRASIL.....	27
8	JUÍZES	
	8.1 SITE 180 GRAUS.....	28
9	VARA CRIMINAL	
	9.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	29
	9.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	30

Juiz Marcelo Baldochi foi afastado pelo pleno do Tribunal de Justiça

A decisão foi tomada em sessão plenária do Órgão Especial do TJMA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

“Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante”, frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

Juiz que ameaçou prender funcionários da Tam que não deixaram embarcar é afastados de suas funções

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações. Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras. “Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante”, frisou o desembargador. Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

Juiz Marcelo Testa Baldochi é afastado pelo TJ-MA temporariamente

O juiz Marcelo Testa Baldochi, da comarca de Senador La Rocque respondendo pela 4ª Vara Civil, em Imperatriz, foi afastado de suas funções pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Anunciada, há pouco, a decisão foi tomada em reunião do pleno do TJ-MA, logo após a conclusão da sindicância aberta pela Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) no início desta semana para apurar a conduta do juiz. Marcelo Baldochi foi alvo de sindicância depois de ter dado voz de prisão a dois funcionários da Transporte Aéreo Meridional (TAM), no aeroporto de Imperatriz, após ser impedido de embarcar em um voo, para o qual chegou atrasado, caso que ganhou repercussão nacional. Foram quatro minutos de atraso. Com a decisão do afastamento, será aberto um processo administrativo disciplinar para investigar outras denúncias contra o magistrado.

Nessa terça-feira (16), o juiz prestou depoimento aos juizes corregedores Tyrone José Silva e o José Américo e ao desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo. A Associação de Magistrados do Maranhão (AMMA), se manifestou sobre o caso. Naquela oportunidade o presidente, Gervázio Protásio dos Santos Júnior disse que esse era um caso isolado.

TJ afasta juiz Marcelo Baldochi

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

Idoso que matou jovem no Cohafuma será julgado nesta quinta (18)

Será submetido a júri popular nesta quinta-feira (18), o idoso Veudacy Guterres Cavalcante, 77 anos, acusado do assassinato do jovem Marcelo Henrique Freitas Gusmão, 22 anos, no início da tarde do dia 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, próximo ao condomínio onde morava o acusado e onde a vítima residia com a família. O julgamento será às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

A sessão de julgamento será presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e a defesa com o advogado Herivelton Lago.

Veudacy Guterres Cavalcante, viúvo, também conhecido como Funaro, na época do crime foi preso e recolhido à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Olho-d'Água. De acordo com a decisão de pronúncia, ele assassinou Marcelo Henrique Freitas por vingança. No ano anterior o réu fora condenado a seis anos e meio de reclusão pela prática de atentado violento ao pudor cometido em maio de 2004 contra a vítima, que na época tinha apenas 13 anos.

Conforme a acusação do Ministério Público, o acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique, que se encontrava em um ponto de ônibus, próximo ao condomínio onde morava. O jovem morreu no local.

Consta na denúncia que o acusado desceu de um ônibus coletivo e, ao notar a presença da vítima, dirigiu-se a ela e passou a discutir com a mesma. Veudacy distanciou-se um pouco, mas, de imediato, aproximou-se novamente e efetuou um tiro de revólver calibre 38, mas a arma falhou. O réu atirou mais duas vezes, atingindo o tórax e as costas do jovem que caiu, sendo que o denunciado desferiu um terceiro tiro que também atingiu as costas do rapaz.

Após o crime, Veudacy Guterres saiu do local e foi para o seu apartamento, onde foi preso em flagrante por policiais militares, tendo confessado a prática do homicídio, entregando, inclusive, a arma do crime, que estava sobre um móvel da sala.

Interrogado em juízo, o acusado afirmou que matou a vítima por que há quatro anos o jovem o vinha ameaçando, mas afirmou não ter registrado na polícia nenhuma das ameaças. Disse que andava armado porque tinha medo de morrer e que a arma que utilizou não era legalizada. Negou ter premeditado o crime.

As informações são do Tribunal de Justiça.

TJ afasta Juiz Marcelo Baldochi

O Tribunal de Justiça do Maranhão afastou de suas funções, na manhã desta quarta-feira, 17, o juiz Marcelo Baldochi, protagonista de uma cena polêmica no aeroporto de Imperatriz, semana passada, quando mandou prender, sem razões, dois agentes da companhia aérea TAM após chegar atrasado para embarcar em voo.

A apuração foi feita pelo desembargador Bayama Araújo. Ele apresentou relatório e pediu instauração de procedimento administrativo disciplinar com imediato afastamento das funções judiciais.

Segundo Bayama, a decisão se deu por diversos motivos. A arbitrariedade das prisões não foram os únicos. Várias instâncias, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação dos Magistrados, repudiaram a atitude que ganhou repercussão nacionalu.

"Jamais tinha sido humilhado dessa forma. Ser chamado de calhorda, de vagabundo, de pilantra", comentou o despachante de voo Argemiro Augusto.

Segundo a investigação da polícia, as câmeras do aeroporto mostram o momento da chegada do juiz Marcelo Baldochi ao balcão da companhia aérea, às 20h37. Os funcionários avisam que o check-in do voo para Ribeirão Preto, em São Paulo, havia sido encerrado quatro minutos antes. O juiz discute. "Tem que aprender a respeitar o consumidor", diz.

Irritado, dá voz de prisão aos atendentes. "Está preso em flagrante", afirma. Imagens de celular de outro passageiro mostram quando policiais levaram os dois funcionários pra delegacia. "Muito constrangedor. Todo mundo me olhando como se fosse um bandido. Não desejo isso para ninguém", afirma Alessandro.

Depois da confusão, Baldochi embarcou no avião de outra companhia. O juiz passou a semana inteira no interior de São Paulo, de licença por causa da morte de um parente. Ele ainda não apareceu na delegacia de Imperatriz para prestar depoimento.

Caso Brunno: juiz decide em 10 dias se acusados vão a júri popular

Brunno foi morto em festa de comemoração das após as eleições|

Todos os acusados na morte do advogado Brunno Matos Soares, ouvidos ontem pelo juiz Gilberto de Moura Lima em audiência de instrução, João José Nascimento Gomes, Carlos Humberto Marão e Diego Marão Polary, negaram a autoria das facadas que mataram o advogado.

Somente ontem foram ouvidas 29 testemunhas e as três vítimas que sobreviveram no dia do crime, Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho. Eles comemoravam a vitória nas urnas do senador eleito Roberto Rocha (PSB), quando foram atacados, segundo a polícia, pelos réus no processo.

O primeiro réu a ser ouvido foi o vigia João Gomes, ele afirmou que só assumiu a culpa por ter sido ameaçado por Carlos Marão.

Diego Polary foi o segundo réu ouvido. Ele manteve a versão de que estava em casa dormindo durante a confusão que resultou na morte do advogado. As vítimas, no entanto, o reconheceram e reafirmaram que ele teve participação no caso.

O terceiro e último réu ouvido foi Carlos Marão, que é tio de Diego Polary. Ele também negou ter sido o autor das facadas e disse ter certeza de que o responsável pela morte do advogado foi o vigia João Gomes.

O juiz Gilberto de Moura Lima abriu prazo de 10 dias para as alegações finais e afirmou que após finalizado esse período eira decidir se os indiciados irão ou não a júri popular.

Em Santa Inês, Comissão de Regularização Fundiária define atividades para 2015

O processo de Regularização Fundiária do Município de Santa Inês está avançando para a parte prática, depois da reunião realizada no último dia 10 deste mês de dezembro. No encontro, mediado pela diretora do Fórum de Justiça da Comarca de Santa Inês, juíza Maricélia Costa Gonçalves, ficaram definidos os próximos passos a serem dados para a regularização fundiária.

O estabelecimento da regularização fundiária das terras de Santa Inês é um anseio do prefeito José de Ribamar Costa Alves, que, através da Prefeitura Municipal, está dando todo o suporte necessário ao processo.

Para dar início à parte prática do processo, um primeiro encontro foi realizado no dia 27 de novembro, onde foi apresentado o assessor técnico da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), Lourival da Silva Ramos Júnior, que é especialista em processos de Regularização Fundiária no Estado.

Ele participou de reunião proposta pela Prefeitura de Santa Inês, em que estiveram presentes representantes dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo; do Ministério Público do Estado do Maranhão; da Vara de Registros Públicos da Comarca de Santa Inês; OAB, Subseção Santa Inês; e representantes do Cartório do 1º Ofício Extrajudicial de Santa Inês. Sob a coordenação da juíza Maricélia Gonçalves, as reuniões estão ocorrendo sempre na Sala do Juizado Especial da Comarca de Santa Inês.

No encontro realizado no último dia 10, ficou definido o início da parte prática do Processo de Regularização Fundiária de Santa Inês. Por proposição do prefeito Ribamar Alves, ficou acertada a realização de audiências públicas para esclarecer à população como será feita a regularização, que visa documentar todos os imóveis da área urbana do Município de Santa Inês.

ASCOM

Pleno do TJ afasta Marcelo Baldochi do cargo de juiz

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, decidiu, no fim da manhã desta quarta-feira (17) afastar de suas atividades, o juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz.

A decisão foi tomada após a conclusão da sindicância que investigava a conduta do juiz, acusado de abuso de poder.

Marcelo Testa Baldochi deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea TAM, que trabalham no aeroporto de Imperatriz, no sábado (6). Eles foram conduzidos ao Plantão da Polícia Civil na cidade depois de impedirem que o magistrado embarcasse por causa de atraso.

A atitude do juiz causou polêmica e o caso ganhou repercussão nacional.

O contraditório nisso tudo é que Baldochi já havia julgado improcedente uma ação movida por um passageiro contra uma companhia aérea, pelo mesmo motivo, em 2012. Na decisão, o magistrado diz que a culpa era exclusivamente do cliente.

Agora será aberto um processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre este caso e outras denúncias que a sindicância recebeu em relação ao magistrado.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a ideia é que o relatório seja entregue antes do fim de ano.

Reveja como Marcelo Baldochi se referiu aos funcionários detidos aqui.

Ficou barato o calvário do juiz Baldochi

O órgão especial do Tribunal de Justiça do Maranhão afastou, preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi (foto).

Foi aberto Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD, com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

Novo membro do TRE-MA

Desembargador Lourival Serejo|

O desembargador Lourival Serejo foi eleito, por unanimidade, na quarta-feira (17), membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O magistrado irá ocupar a vaga do desembargador Froz Sobrinho, atual presidente da Corte Eleitoral, cujo biênio se encerrará no dia 25 de fevereiro.

Ao término da votação, o futuro membro do Tribunal Regional Eleitoral, categoria Desembargador, agradeceu a todos pela receptividade ao seu nome, especialmente aos desembargadores Froz Sobrinho, a quem parabenizou pelo que definiu como brilhante administração; Guerreiro Junior, atual corregedor do TRE; Raimundo Barros, pelo espírito conciliador ao desistir de concorrer à vaga; e a Cleonice Freire, presidente do TJMA, pela confiança depositada.

"É uma satisfação muito grande, responsabilidade muito grande de ir para o TRE nesse momento em que se fala de reforma política, de estar lá participando desse movimento de ação cívica nacional", comemorou Lourival Serejo, que considerou sua eleição unânime um presente de Natal dado pelos colegas da Corte.

APÓS DENÚNCIA DO BLOG, BAYMA SUPRE OMISSÃO DE NELMA SARNEY E PUBLICA ESCALAS DE PLANTÕES DOS JUÍZES PARA TODO O ANO DE 2015.

Enviar por e-mail [BlogThis!](#) [Compartilhar no Twitter](#) [Compartilhar no Facebook](#) [Compartilhar com o Pinterest](#) Cumprindo as Resoluções 71/2009 e 60/2011 do Conselho Nacional de Justiça, o Desembargador Bayma Araújo está fazendo em poucos dias o que Nelma Sarney não conseguiu em um ano. O Decano nos poucos dias que está à frente da Corregedoria vem botando as coisas por lá em seus devidos lugares.

** Íntegra da Portaria plantão (16/12/2014)*

Comarcas de Tuntum e Montes Altos não terão expediente na segunda (22)

Suspensão se deve a feriado em comemoração ao aniversário da cidade.

TUNTUM - As comarcas de Tuntum e Montes Altos terão o expediente suspenso na próxima segunda-feira (22). A suspensão do expediente forense se deve a feriado instituído em decreto municipal em comemoração ao aniversário da cidade. Ambos os aniversários constam do calendário do Poder Judiciário.

Tuntum é comarca de entrância intermediária e tem como termo único Santa Filomena do Maranhão. A distância até São Luís é de 375 km. Já Montes Altos é comarca de entrância inicial e dista 699 km da capital. Os termos judiciais são Sítio Novo e Ribamar Fiquene. Os titulares das comarcas são, respectivamente, os juízes Simeão Pereira e Silva e Franklin Brandão Júnior.

TJ-MA determina afastamento do juiz Marcelo Baldochi

Ele determinou prisão de funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

SÃO LUÍS - O pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) determinou, no fim da manhã desta quarta-feira (17), o afastamento do juiz titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi. O anúncio foi feito após a conclusão da sindicância que investigava a conduta do juiz, que ainda deve ser comunicado da decisão.

No início do mês, ele deu voz de prisão a funcionários da TAM, após ser impedido de embarcar ao chegar atrasado ao aeroporto de Imperatriz. O magistrado teria chegado atrasado para o embarque e não satisfeito, com a situação, deu voz de prisão aos atendentes, que foram conduzidos pela Polícia Militar do Maranhão (PM-MA).

Segundo relatos de uma pessoa que estava no local, o juiz chegou para embarcar, mas já tinha encerrada a chamada e a porta de embarque estava fechado há uns sete minutos. "Na hora que foi feita a chamada ele, ainda não tinha comparecido, e retiraram a bagagem dele. Quando se iniciou a confusão, ainda com o avião em solo, ele queria porque queria embarcar. Pediu para embarcar e para chamar o piloto, mas, pela lei, ele estava totalmente errado", disse uma testemunha.

Na época, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), Gervázio Santos, se pronunciou sobre o episódio: "temos uma posição bem definida. O episódio deve ser apurado de forma isenta. Se, eventualmente, for constatado algum tipo de excesso, que seja aplicada as penalidades previstas. O magistrado é uma pessoa comum", disse Gervázio Santos.

Depoimento

Ontem (17), ele prestou depoimento a portas fechadas. Baldochi foi ouvido pelo desembargador Antônio Fernando Baima Araújo e, também, pelos os juízes corregedores, Tyrone José Silva e José Américo. Ao sair, ele não quis dar entrevista.

Caso similar

O juiz Marcelo Testa Baldochi foi o mesmo que julgou improcedente a ação de um passageiro da Gol Linhas Aéreas, que recorreu à Justiça, após ter perdido um voo de Imperatriz para São Luís, em 2012.

De acordo com o processo, publicado no Diário de Justiça do Estado do Maranhão no dia 7 de dezembro de 2012, a decisão do juiz Marcelo Baldochi foi favorável à companhia aérea. Ele alegou que "ao comprar uma passagem, o consumidor estabelece com a empresa um contrato de transporte".

O passageiro Caio Lopes Carvalho justificou que, no dia do embarque, havia chegado ao aeroporto de Imperatriz com meia hora de antecedência para fazer o check-in, e que a aeronave, nem, sequer havia pousado

na pista para o início do embarque dos passageiros.

Juiz que deu ordem de prisão a funcionários da TAM é afastado pelo TJ

O juiz Marcelo Baldochi foi afastado de suas funções pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, manhã desta quarta-feira (17). Baldochi envolveu-se em uma grande polêmica de proporcionais nacionais ao dar ordem de prisão a dois funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz, semana passada. O Dr. juiz chegou atrasado e queria, ainda assim, embarcar no avião mesmo já com o procedimento de checagem finalizado.

As câmeras do aeroporto mostram que o juiz Marcelo chega ao balcão da companhia aérea às 20h37. Os funcionários informam que o check-in do voo para Ribeirão Preto, em São Paulo, havia sido encerrado quatro minutos antes. O juiz se irrita e diz que "tem que aprender a respeitar o consumidor". Irritado, dá voz de prisão ao atendentes, que foram conduzidos pela polícia à delegacia.

A atitude do de Baldochi foi duramente criticada na imprensa e repudiada em várias instâncias, como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e a Associação dos Magistrados.

O TJ-MA abriu apuração no caso e o responsável foi o desembargador Bayma Araújo, que apresentou relatório e pediu instauração de procedimento administrativo disciplinar contra o juiz com imediato afastamento das funções judiciais.

Juiz Marcelo Baldochi é homenageado pela Câmara Municipal de Senador La Rocque

Mesmo enfrentando um turbilhão de notícias pouco favoráveis a sua pessoa, o Juiz de Direito Marcelo Testa Baldochi, da 4ª Vara Cível de Imperatriz, tem seu trabalho reconhecido pelo poder representativo municipal, desta feita, a casa mirim do Município de Senador La Rocque, que na oportunidade homenageou na noite de ontem, 15 de Dezembro, o Ex-secretário de Estado da Infraestrutura do Maranhão, Luís Fernando e o Magistrado Marcelo Baldochi, reconhecendo seu trabalho focado na operacionalização e justiça àqueles que buscavam no Poder Judiciário, soluções e mediação de conflitos

Fonte: ezequielnevesblog.blogspot.com.br

AFASTADO DO TJ-MA JUIZ QUE DEU VOZ DE PRISÃO A FUNCIONÁRIOS DA TAM

:

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu afastar preventivamente de suas funções o juiz da 4ª Vara Civil de Imperatriz, Marcelo Baldochi, acusado de abuso de autoridade contra funcionários da TAM; por decisão do Tribunal de Justiça, o magistrado ficará afastado de suas funções até o fim da sindicância que está sendo realizada pela Corregedoria de Justiça; Baldochi deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea, no início de dezembro, após chegar atraso para embarque
17 DE DEZEMBRO DE 2014 ÀS 17:06

Blog do Jorge Vieira - O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, nesta quarta-feira (17), afastar preventivamente de suas funções o juiz da 4ª Vara Civil de Imperatriz, Marcelo Baldochi, acusado de abuso de autoridade contra funcionários da TAM.

Por decisão do Tribunal de Justiça, o magistrado ficará afastado de suas funções até o fim da sindicância que está sendo realizada pela Corregedoria de Justiça. Baldochi deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea, no início de dezembro, após chegar atraso para embarque.

O magistrado havia prestado depoimento à Corregedoria na última terça-feira (16). Junto com ele foram ouvidas também cinco testemunhas e os três funcionários que foram detidos por ordens do juiz.

A conclusão preliminar informada pela comissão é que o juiz excedeu o seu direito ao mandar prender os funcionários. A Corregedoria tem prazo de 30 dias para concluir a sindicância.

"Que houve abuso está claro. Isso é fato. Contra fato não há contestação", disse o desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, que preside a comissão, em entrevista à TV Mirante.

Baldochi, ao que tudo indica sofrerá penalidade administrativa, que vai desde uma simples advertência a aposentadoria compulsória (punição máxima para um juiz).

Juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM é afastado

Turismo - Companhias Aéreas
17/12/2014 16:06:42

O Tribunal de Justiça decidiu pelo afastamento do juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz. A decisão pelo afastamento do magistrado foi anunciada no final da manhã desta quarta-feira (17). A decisão foi apoiada no abuso de poder manifestada pelo juiz. Marcelo Baldochi deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM porque foi impedido de embarcar após ter chegado atrasado ao aeroporto da cidade de Imperatriz.

O caso não foi encerrado, será aberto um processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre esta ação e outras denúncias que o juiz já se envolveu.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a intenção é que o relatório seja finalizado antes do período.

Entenda o caso:

O juiz da comarca de Senador La Rocque, no sul do Maranhão, Marcelo Baldochi, deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea TAM, no último sábado (6). O magistrado chegou no aeroporto após o encerramento do check-in e queria embarcar, porém foi impedido pelos funcionários. Diante desta situação o juiz deu voz de prisão a ambos e acionou a Polícia Militar, que levou todos a uma delegacia na cidade.

Inconformado com a situação, Marcelo Baldochi disse a um funcionário da empresa aérea que esta-va ocorrendo um desrespeito ao direito do consumidor. De acordo com uma testemunha que pre-senciou o ocorrido no local, o juiz chegou a entrar na área de embarque e deu voz de prisão ao fun-cionário, convocando um policial militar que estava no aeroporto para conduzir até a delegacia. Diante deste fato, outros funcionários da TAM tentaram intervir e acabaram recebendo voz de pri-são também, totalizando assim três atendentes conduzidos ao Plantão da Polícia Civil.

Diante da repercussão que ganhou os fatos, o juiz Marcelo Baldochi que ainda não havia se mani-festado sobre o ocorrido do último sábado (6), prestou esclarecimentos na tarde de ontem. “Muitos se contentam com as aparências, permitindo que a fantasmagoria prevaleça sobre a razão. Mas a razão não admite equívocos! O voo marcado para as 21h02 admitia o embarque, segundo as normas de aviação civil e do que consta do próprio bilhete, 15 minutos antes da partida. Todavia, mesmo com o chek-in em mãos, as 20h32 os passageiros Marcelo Baldochi e Camila Costa foram impedidos de embarcar sob a alegação de que deveriam estar no local às 20 horas”, relatou.

O magistrado ainda disse que o agente da TAM não prestou qualquer informação e disse que não era problema dele, isolando-se numa sala da companhia. Apesar de insistir para que através do rádio tentasse o embarque, o funcionário disse que não o faria. Ainda assim, Marcelo informou ter regis-trado às 20h42 horas uma ocorrência na Infraero/Anac, contra a companhia e seu agente que não prestou informação alguma das razões e o que faria

com os passageiros.

Por fim Marcelo Baldochi ainda afirma que “o agente incorreu em ilícito civil e criminal, e toda e qualquer pessoa pode dar voz de prisão, chamar a polícia. Está na lei e ali se fazia presente um consumidor que exigia seus direitos. Essa é a democracia. Sem rótulos. E na verdade, até quem não frequenta aeroportos sabe o quanto as empresas aéreas abusam, deixam de honrar com seus deveres”, completou. Para concluir ele ainda afirma: “Numa democracia um juiz ou gari, como consumidores, têm o direito a ser tratado com dignidade. Informado e tudo mais”. Apesar de ter perdido o voo pela TAM, o juiz e Camila Costa foram embarcados em outra companhia aérea e seguiram rumo ao seu destino final que era a cidade de Ribeirão Preto (SP).

Por meio de nota a companhia aérea enviou o seguinte comunicado: “A TAM informa que segue todos os procedimentos de embarque regidos pela Legislação do setor. A empresa informa ainda que está colaborando e prestando todos os esclarecimentos às autoridades”.

O delegado regional de Imperatriz, Francisco de Assis Ramos, informou que não vai se pronunciar sobre o assunto até apurar melhor o caso. Já o delegado de plantão no momento do episódio, Marcelo Fernandes informou também não querer falar a respeito e não revelou os nomes dos funcionários da empresa e por quanto tempo ficaram na delegacia.

Histórico

O juiz Marcelo Baldochi tem histórico de ocorrência na Corregedoria de Justiça. Em 2011, ele foi denunciado por manter trabalhadores rurais em condição de escravidão, em sua fazenda, na cidade de Bom Jardim. Condenado, foi obrigado a indenizar os trabalhadores.

Em dezembro de 2012, foi Baldochi a vítima. Ele se recusou a pagar R\$ 12 cobrados por um flane-linha (guardador de carros) e foi agredido a facadas e pauladas. Marcelo é do interior de São Paulo, e atua como juiz no Maranhão há mais de 10 anos.

Juiz Marcelo Baldochi é afastado do cargo

Central de Notícias, 1cn, juiz, Marcelo Baldochi, afastado, cargo,

Mesmo após afastamento, Baldochi continuará recebendo salários

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP).

O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

“Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante”, frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

TJ-MA afasta juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM

17 de dezembro de 2014, 21h39

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão afastou preliminarmente do cargo nesta quarta-feira (17/12), o juiz Marcelo Testa Baldochi (foto), titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz.

No último dia 6 de dezembro, ele deu voz de prisão a funcionários da TAM no aeroporto da cidade por ter sido impedido de embarcar em um voo para o qual chegou atrasado.

Os desembargadores do TJ-MA instauraram Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura. O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as diligências, ouviu os funcionários da TAM, o delegado responsável pelo caso e Baldochi.

Em sua análise, Araújo verificou diversos indícios de infração disciplinar por parte do juiz, sendo o mais grave deles a determinação imotivada da prisão dos empregados da empresa aérea.

Com base nisso e alegando que a permanência de Baldochi no cargo poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações, Araújo votou pela instauração do PAD com afastamento preventivo.

O desembargador ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder e usurpação de competência.

“Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante”, destacou Araújo.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

Repreensão dos colegas

Em nota pública, a Associação de Magistrados do Maranhão (Amma) criticou a atitude do magistrado, afirmando não compactuar com esse tipo de comportamento.

Da mesma forma, a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) se pronunciou dizendo que “compartilha da indignação da sociedade e considera inadmissível qualquer atitude praticada por agentes públicos, magistrados ou não, que represente abuso de poder e de autoridade.”

A AMB ainda reforçou que “defende a transparente apuração dos fatos garantindo o devido processo legal; e reitera que o comportamento noticiado não representa a conduta dos juízes brasileiros, que laboram diariamente assegurando direitos fundamentais e as liberdades públicas.”

Entenda

O caso aconteceu no dia 6 de dezembro, depois que o juiz foi informado pelos funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz de que não poderia embarcar por ter chegado cerca de sete minutos depois do portão de embarque ser fechado para os passageiros do voo com destino a São Paulo. Os agentes explicaram as regras, mas o juiz ficou inconformado e alegou que o agente estava desrespeitando seu direito de consumidor.

O magistrado, então, entrou na área de embarque e deu voz de prisão ao funcionário, convocando um policial militar para conduzi-lo à delegacia. Quando outros dois funcionários tentaram defender o colega, receberam voz de prisão e também foram levados à delegacia. Todos foram liberados. Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-MA.

Caso Décio: Júnior Bolinha terá direito à cela especial

Raimundo Sales, o Júnior Bolinha|

Na decisão, o juiz sustentou a falta de segurança dentro do sistema prisional do Maranhão para pedir a transferência.

O ofício de transferência de Raimundo Sales, o Júnior Bolinha, envolvido no assassinato do jornalista Décio Sá, foi assinado pelo juiz Ernesto Guimarães Alves, da primeira vara do tribunal do júri e protocolado no Corpo de Bombeiros no dia 15 de dezembro. De acordo com o documento, o acusado deve ser transferido para o comando geral da Corporação.

Décio Sá foi morto com cinco tiros quando estava em um bar, na Avenida Litorânea, em São Luís, em abril de 2012. Segundo o inquérito policial, Bolinha teria contratado o pistoleiro Jonathan de Sousa Silva a mando dos empresários José Miranda e Gláucio Alencar, pai e filho, respectivamente.

Na decisão, o juiz sustentou a falta de segurança dentro do sistema prisional do Maranhão para pedir a transferência. De acordo com o magistrado, o Estado tem o dever constitucional de zelar pela integridade física e moral do preso, bem como disponibilizar instalações seguras, adequadas e apropriadas.

O juiz solicita informações do comandante do Corpo de Bombeiros para realizar a transferência.

Juiz Marcelo Baldochi é afastado de suas atribuições jurídicas

Juiz Marcelo Baldochi

Foi decidido, em reunião do pleno do Tribunal de Justiça, que o juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz deverá se afastar de suas atribuições jurídicas. A decisão foi anunciada no final da manhã de hoje.

O juiz começou a ser investigado após dar voz de prisão a funcionários da TAM porque não chegou a tempo de embarcar no avião.

Vale ressaltar que o caso não será encerrado após a decisão anunciada. Será aberto um processo administrativo disciplinar, que irá investigar este e outros casos em que o juiz está envolvido.

30 dias é o prazo máximo para conclusão das investigações. A previsão é de que o relatório seja entregue antes do fim do ano.

Videoconferência vai permitir interrogatório de presos à distância

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

Os terminais de videoconferência são destinados ao interrogatório de réus presos e inquirição de testemunhas. (Foto Ribamar Pinheiro).

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugurou na última segunda-feira (15), mais três terminais de videoconferência, destinados ao interrogatório de réus presos e inquirição de testemunhas pelos juízes das varas criminais. Foram instalados dois terminais no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e um terceiro no Fórum da comarca de Imperatriz, que já estão disponíveis para o agendamento das audiências.

O acionamento do serviço foi feito via internet pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, em solenidade na sede do Tribunal, em São Luís. A presidente falou sobre as finalidades do uso desse recurso tecnológico, destacando as vantagens do seu aproveitamento para a celeridade processual e segurança dos operadores do Direito e servidores que atuam nas varas criminais.

A concretização desse projeto vai ao encontro do esforço conjunto da direção do Tribunal de Justiça e da Corregedoria para proporcionar um ambiente de trabalho mais produtivo e, acima de tudo, mais seguro para profissionais do Direito, servidores e visitantes das unidades judiciárias, ressaltou a presidente do TJ.

A instalação dos terminais no Complexo Penitenciário de Pedrinhas foi possível por meio de parceria com a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), que cedeu duas salas do Presídio São Luís I para receber os equipamentos fornecidos pelo Tribunal.

O secretário da Sejap, Paulo Rodrigues da Costa, apontou diversos benefícios do recurso de videoconferência para a segurança pública. Vamos evitar a locomoção de presos - seja ele réu ou testemunha de crime-, economizar recursos do Estado, agilizar o andamento dos processos de execução e evitar o atraso dos réus em audiências, declarou.

O diretor de Informática do TJ, Jorge Oliveira, demonstrou o funcionamento dos equipamentos com o auxílio de técnicos do TJ e explicou que a medida integra as ações do planejamento estratégico do Judiciário na área de tecnologia da informação. É uma tecnologia de comunicação simples, porém avançada, cuja utilização no meio judicial, foi reforçada pela atual gestão do Tribunal, disse o diretor.

IMPERATRIZ - Do terminal instalado na comarca de Imperatriz, o diretor do Fórum, juiz Delvan Pereira, se pronunciou durante a solenidade e falou da necessidade desse e de outros serviços judiciários. Também participaram da instalação na comarca, os juízes Armindo Reis, Welitom Carvalho, Ana Lucrécia Reis, Ana Beatriz Maia e Iris Santos.

O projeto do TJMA prevê, ainda, a instalação de terminais de videoconferência em polos judiciais no interior do Estado, de onde os juízes vão poder conduzir as audiências de inquirição de réus e depoimentos de testemunhas, conectados a outras comarcas, sem a necessidade de deslocamento de réus e testemunhas.

Compareceram à solenidade os desembargadores Anildes Cruz, vice-presidente do TJMA; Lourival Serejo, Ângela Salazar, Kleber Carvalho e Ribamar Castro; os juízes Mário Márcio Sousa, auxiliar da Corregedoria, representando a corregedora-geral, desembargadora Nelma Sarney; Márcio Brandão, auxiliar da presidência; Francisca Galiza, auxiliar da Corregedoria e Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais.

Também acompanharam a implantação o Secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Paulo Rodrigues da Costa; o defensor público Bruno Dixon, representante da Defensoria Pública do Estado; e os diretores do TJMA Hebert Leite (geral), Francisco Morais (Administrativo) e Jorge Oliveira (Informática).

Comarcas de Tuntum e Montes Altos não terão expediente na segunda (22)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 2 horas atrás

As comarcas de Tuntum e Montes Altos terão o expediente suspenso na próxima segunda-feira (22). A suspensão do expediente forense se deve a feriado instituído em decreto municipal em comemoração ao aniversário da cidade. Ambos os aniversários constam do calendário do Poder Judiciário.

Tuntum é comarca de entrância intermediária e tem como termo único Santa Filomena do Maranhão. A distância até São Luís é de 375 km. Já Montes Altos é comarca de entrância inicial e dista 699 km da capital. Os termos judiciais são Sítio Novo e Ribamar Fiquene. Os titulares das comarcas são, respectivamente, os juízes Simeão Pereira e Silva e Franklin Brandão Júnior.

Fórum de São Mateus está com problemas na linha telefônica

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 2 horas atrás

O Fórum da Comarca de São Mateus está com problemas na linha telefônica desde a segunda-feira, dia 15. A informação é da secretaria judicial do fórum, que relata sobre os transtornos causados em função da falta de telefone fixo.

De acordo com a secretaria, o problema está causando transtornos aos trabalhos desenvolvidos pela secretaria judicial desta comarca, comprometendo a boa prestação jurisdicional da comarca.

Servidores do fórum de São Mateus ressaltaram que o setor de informática do Tribunal já foi comunicado acerca do problema.

Confraternização natalina do Fórum de São Luís será nesta sexta (19)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 horas atrás

A Diretoria do Fórum de São Luís convida magistrados, servidores e terceirizados para a confraternização de Natal, na sexta-feira, dia 19 de dezembro, no auditório Des. José Joaquim Ramos Filgueiras (térreo). O evento natalino começa às 8h30, com apresentação da Banda do Bom Menino, no hall do fórum.

A programação da festa inclui ainda encenação do Reisado Folias de Natal, com a Pastoral I-Bacanga e o Grupo Os Foliões; apresentação do Coral da Amizade, formado por crianças e pré-adolescentes alunos da UEB Sá Vale (Anil); e do Coral PES (Proclamando o Evangelho Sempre), da 1ª Igreja Cristã Evangélica de São Luís, do bairro da Forquilha. Haverá também sorteio de brindes.

Conforme o diretor Osmar Gomes dos Santos, a confraternização de Natal faz parte das ações de valorização e integração do público interno, desenvolvidas pela Diretoria do Fórum ao longo de 2014. A festa natalina conta com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado do Maranhão (Sindjus-MA).

Eventos de integração e humanização - Este ano, a diretoria promoveu vários eventos, em datas comemorativas como Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais e festejos juninos. Em parceria com a CGJ e AMMA, também desenvolveu o projeto Diálogos Informais, realizado a cada dois meses (julho, setembro e novembro), com o objetivo de estabelecer uma rotina de diálogos informais com os magistrados, para a troca de experiência e a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Em 2014, com o apoio da Corregedoria, foi criada no fórum a galeria de arte Celso Antônio de Menezes, instalada no hall do prédio, onde ocorreram a Exposição Artística Integração e Cidadania, reunindo obras de vários artistas plásticos, e a Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, com 71 imagens produzidas por 18 fotógrafos profissionais e amadores. O local recebeu ainda a I Mostra Fotográfica Retratos de Mulher, que reuniu fotos produzidas por servidores do fórum para homenagear as mulheres.

O calendário de eventos incluiu outras atividades educativas, a exemplo das campanhas Outubro Rosa, de combate ao câncer de mama e Novembro Azul, de combate ao câncer de próstata. A Diretoria do Fórum também apoiou a campanha Aconchegue uma Criança, lançada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para arrecadar doativos destinados a meninas e meninos assistidos pela Casa da Criança Menino Jesus.

Juiz Marcelo Baldochi é afastado preliminarmente pelo TJMA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nessa quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nessa quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa. (Juliana Mendes / AsscomTJMA)

Juiz Marcelo Baldochi é afastado preliminarmente pelo TJMA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nessa quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nessa quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em voo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

"Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante", frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa. (Juliana Mendes / AsscomTJMA)

Juiz Marcelo Baldochi foi afastado pelo pleno do Tribunal de Justiça

A decisão foi tomada em sessão plenária do Órgão Especial do TJMA

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz.

Justiça afasta juiz de cargo após abuso de poder contra funcionários da TAM

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu nesta quarta-feira (17), após a conclusão de uma investigação, afastar o juiz Marcelo Baldochi, do seu cargo de titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz (MA).

A Justiça concluiu que houve um abuso de poder do magistrado, após dar voz prisão aos funcionários da TAM, que o impediram de embarcar em vôo por ter chegado atrasado.

O caso ainda não será encerrado e um processo administrativo disciplinar será aberto para a investigação final sobre este episódio e outras denúncias que a sindicância recebeu em relação ao juiz.

Entenda o caso

Três funcionários da empresa TAM Linhas Aéreas do município de Imperatriz receberam voz de prisão do juiz Marcelo Baldochi após se recusarem deixar ele embarcar no vôo para Ribeirão Preto, São Paulo. O fato aconteceu na noite de sábado (6).

Segundo depoimento prestado pelos funcionários, o magistrado teria ordenado a prisão dos funcionários ao ser impedido de entrar em uma aeronave, quando a porta de embarque já estava fechada cerca de sete minutos antes da sua chegada.